



CONTRA REFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: uma breve reflexão teórica

Ana Paula Pinto¹
Ana Claudia Pinto²

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar uma breve reflexão teórica a respeito da (contra) reforma do Estado, a partir da década de 1990, e sua articulação com a contrarreforma na educação superior. Desse modo, pretende-se abordar os reflexos dessa nova racionalidade do Estado atrelada a "nova" lógica do capital financeiro na educação superior. Nesse aspecto, com a difusão da chamada expansão do ensino superior, pretende-se problematizar esse processo democratização da educação brasileira, que aumentou as oportunidades de ingresso de estudantes de classes populares via políticas educacionais inclusivas.

Palavras-Chaves: Educação Superior. Contrarreforma.

Estado.

Abstract

The purpose of this paper is to present a brief theoretical discussion about (against) reform of the state, from the 1990s, and its articulation with the Counter Reformation in higher education. Thus, we intend to address the consequences of this new rationality of the State by tying in the "new" logic of finance capital in higher education. In this respect, with the diffusion of the so-called expansion of higher education, we intend to discuss this process of democratization of Brazilian education, which increases the chances of admission to classes via inclusive educational policies.

Keywords: higher education. Counter Reformation. State.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jctriniti@hotmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: anacpinto@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo como conceitua Netto (2007), na sua terceira fase do estagio imperialismo, configurou-se, partir dos anos setenta do século XX, no tripé da reestruturação produtiva, da financeirização e na ideologia neoliberal. Essa composição trouxe profundas alterações no cenário econômico, social, político e culturas, e necessitou de novas demandas atreladas as inovações tecnológicas, organizacionais e comerciais para “aumentar a composição orgânica do capital” (Cislaghi, 2011), Capital constante e Variável, ampliando – se, assim, a produtividade e a apropriação de mais valia, concentrando cada vez mais o capital.

Nesse cenário, a educação enquanto um direito social de cidadania, regulado pelo Estado através do Ministério da Educação – MEC e orientada pelas grandes Instituições mundiais, sofre profundas mutações correspondente a essa nova lógica do capital, que são colocadas para as universidades, numa perspectiva que muitos autores, denominam de contrarreforma da Educação Superior.

Assim, numa humilde tentativa de analisar os reflexos dessa “nova” lógica do capital sobre a educação, buscaremos abarcar, dentro de alguns limites concebidos, a arte do Estado atrelada a ofensiva neoliberal e seu pacote de “reformas (SOARES, 2010), tendo em vista que o a educação e sociedade é mediada pelo Estado, através da regulação dos parâmetros educacionais. Num contexto de (contra) “reforma” do Estado refletiremos, como esta nova racionalidade pautada no viés econômico tem direcionado a educação superior, imbuia no discurso da democratização da educação brasileira, ao ganhar lugar em termos de políticas e programas que se verificam em torno da ampliação de vagas nas instituições publicas..

I. CONTRA REFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: uma breve reflexão teórica.

Para compreender os elementos e aspectos que permeiam a educação superior brasileira, na sociedade capitalista, tendo como mediador o Estado, utilizaremos o método critico dialético, por considera-lo como o mais viável para dar conta de



visualizar a dupla funcionalidade da educação (TONET, 2009), ou as contradições própria desse objeto de reflexão.

O Estado capitalista é fruto de longas transformações ocorridas através da história. Poderia aqui, discorrer na perspectiva dos Clássicos da política, Locke, Hobbes, Maquiavel, que sobre a orientação liberal clássica, elaboraram conceitos e noções sobre o surgimento do Estado Moderno, os quais alguns elementos, características são preservados até os dias atuais, tais como, “os direitos naturais inalienáveis do indivíduo à vida, a liberdade e a propriedade” (Mello, 89, p.88) proposto por Locke, no qual o Estado, consentido pelo pacto social, deveria preservar e consolidar tais direitos.

No entanto, devido aos contratempos deixaremos esse debate da formação do Estado Moderno, para aprofundarmos em outra ocasião. Dentro de uma perspectiva crítica do Estado, que historicamente, foi estruturado como esfera de defesa dos interesses da classe economicamente hegemônica, será enfatizado como a Burguesia passa a usá-lo, empregando a sua força para alcançar seu objetivo.

Entretanto, o Estado pode-se, ainda, ser considerado um espaço de luta, de correlações de forças, no qual alguns direitos podem ser reconhecidos em favor da classe dominada. Nesse aspecto, Coutinho (1997) amparado na visão gramsciana de Estado ampliado, afirma faz parte desse Estado não apenas a sociedade política (Estado em sentido restrito), mas a sociedade civil (conjunto de organizações da sociedade), isto é, “o Estado assumiu novas características, na medida em que se viu obrigado, pela pressão das lutas dos trabalhadores, a incorporar novos direitos de cidadania política e social” (COUTINHO, 1997, p.161)

O reconhecimento dos direitos de cidadania que foram arduamente conquistado ao longo da história pela classe trabalhadora, uma *visível vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital* (COUTINHO 2008, p.66). Sendo assim, ainda que o Estado seja majoritariamente direcionado por grupos hegemônicos, *seria não somente um equívoco histórico, mas também uma injustiça contra os trabalhadores atribuir a burguesia algo conquistado contra ela.* (COUTINHO, 2008,p.62).



No entanto pensar o Estado, enquanto um instrumento neutro seria impossível, dado as suas funções para a manutenção do sistema capitalista, isto é , a manutenção de um sistema que opera na exploração de uma classe sobre a outra.

Numa perspectiva de Estado enquanto mediador da educação e da sociedade, Peres (2008) aponta com segurança que O Estado, ao ser composto e influenciado pela classe dominante é parcial e desfaz a possibilidade da mediação imparcial. No entanto, o *Estado não é um arbitrário neutro entre as diferentes classes sociais. A relativa autonomia do Estado frente aos interesses das diferentes classes sociais apenas obscurece a sua íntima relação com a reprodução geral do capita*’. (COSTA, 2006, p.55)

Desse modo, a alienação do Estado (Marx, 1996, p.373) atrelado a lógica capitalista, sobre a nova roupagem da tradição liberal – neoliberalismo- *através da afirmação do mercado como forma suprema da regulação das relações sociais* (Coutinho, 2008, p.66) expressa o desinteresse da burguesia ou dos grupos hegemônicos ao conjunto de direitos sociais ou simplesmente de mantê-los e ampliá-los. O que se vê, atualmente, é o processo de regressão dos direitos sociais e trabalhistas, como afirma Soares (2010). E esta é a clara prova que não lhe “interessa garantir direitos”, pois só almejam uma coisa: a busca apaixonante pelo valor, isto é, *a paixão inextinguível pelo lucro*. (Marx,1996, p.273).

O Estado, segundo Mézaros (2007, p.109) se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, *desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente* .

Desse modo, pensar a educação (Superior) requer refletir sobre o papel do Estado pautada por essa “nova racionalidade”, pois o Estado exerce o papel de regulação e supervisão do sistema público para a educação pública, especificamente no âmbito de políticas públicas educacionais, na figura do MEC (Ministério da Educação). Assim, desvelar “o milagre educacional”, pautado na chamada democratização da educação brasileira, com uma significativa ampliação de vagas através de políticas



educacionais inclusivas no Ensino Superior, será uma tarefa que não se esgotará neste artigo.

2. A CONTRA REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR.

A chamada revolução Industrial ou 3ª revolução industrial, conhecida também como a era informacional, desenvolvida no século XX, “ permitiu um aumento de produtividade de alimentos, expectativas de vida em diferentes países, da qualidade de medicamentos” (PINO, 2010, P.65), mas trouxe, também, consequências perversas na natureza e na vida dos sujeitos.

Nesse contexto de “restauração do capital” (Pino, 2010), em que o projeto neoliberal, legitimado pelo discurso pós-moderno, desencadeia uma Cultura claramente conservadora, como ressalta Barroco (2011), cujo movimento ideológico tem a finalidade de alavancar a extração do excedente. E é nesse cenário que situamos a política educacional, que “estabelece uma certa sintonia com as políticas econômicas, apesar de guardar uma dinâmica de disputas e lutas muito próprias”. (PINO, 2011, p.66)

Sobre a ideologia da globalização e do próprio projeto neoliberal, os governos dos países dependentes “acenam com a necessidade de integração a economia mundial, entre ele o Brasil”, (PINO 2011, p.66) como estratégia de desenvolvimento, e como “único meio de afastar a degradação social e o aprofundamento da condição de pobreza destes países” (ibidem, p.66)

Assim, o pensamento neoliberal hegemônico, vem definindo uma serie de propostos educacionais para os países dependentes, e essas orientações expressas através de acordos com o FMI e o Banco Mundial, não são exatamente as mesmas estabelecidas para os países desenvolvidos, ressalta Pino (2011).

Segundo Peres (2008) no campo da educação superior, no contexto brasileiro, o documento publicizado pelo Banco Mundial “ *la Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiência*, que foi bastante, pois neste está as orientações chaves para



a reforma do ensino superior, visando o aumento de vagas, sem o aumento de gastos públicos.

Assim numa perspectiva de atender a demanda do mercado e a flexibilização do mercado de trabalho, conforme aponta Peres (2008), é que situamos a políticas educacionais atrelada a chamada da expansão do acesso à educação que passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma “política inclusiva”. Destarte, *o capitalismo central coloca para as universidades brasileiras um novo e estratégico papel, num tom de contrarreforma.* (Cislaghi, 2011, p.241)

A Educação Superior é indubitavelmente uma das mais respeitadas instituições sociais e a busca de acesso a oportunidades de ingresso no ensino superior representam valores importantes na sociedade brasileira. Segundo Pereira e Passos (2007, p.21)

O ensino superior quando foi instituído no Brasil constituía importante capital de distinção social e somente com a Reforma de 1968, com a instituição de universidades em todas as unidades da federação e aumento do número de matrículas, outras classes sociais puderam vislumbrar possibilidades de acesso a esse nível educacional. Até então, o nível superior de ensino no Brasil funcionava para formar membros das elites para o exercício dos papéis sociais, políticos e econômicos que lhes eram atribuídos, ao mesmo tempo em que possibilitava o fortalecimento de suas redes de relações sociais, especialmente as políticas.

Desse modo, é perceptível que o acesso ao ensino superior no Brasil era restrito, e elitizado. A redemocratização do país com a chamada expansão do ensino Superior foi intensificado desde o período do regime militar, e atualmente, um conjunto de políticas públicas neoliberais iniciadas a partir da década de 1990 busca propiciar a expansão do acesso ao ensino superior contando prioritariamente com o setor privado.

Castro (2010) ao situar as políticas neoliberais no campo da educação, expressa pelos documentos da Unesco nos anos 90, reitera que estas políticas iniciaram um verdadeiro processo de desmonte das universidades públicas brasileiras com investimentos cada vez mais reduzidos do Estado, e este é expressão do processo de



Contrarreforma do Estado, instalado na década de 1990, no Brasil, impondo a face privatizante e mercantil no campo educacional.

Esse “novo” padrão de racionalidade do Estado, foi consolidado pela difusão de culpabilidade e ineficiência do Estado, argumentado pelos neoliberais, instaurando-se novamente a lógica do livre mercado, através de medidas, programas, decretos, princípios e diretrizes que norteiam o sistema público superior, e desresponsabiliza o Estado para com o financiamento do ensino superior, como ressalta Mattos (2004)

Ao acompanhar esse processo de contrarreforma do estado e de supercapitalização do capital, a privatização da universidade, acompanhada pela “disfunção” do Estado, da diminuição do seu papel, da diminuição dos recursos financeiros para o ensino público, faz com que esta instituição se atrele a mecanismo de administração e gerenciamento empresariais e busque recursos junto ao mercado para auxiliar sua manutenção. Marilena Chaui (2001) nomeou esta de universidade operacional, que segundo a autora, é regida “por contrato de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível (...), estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e objetivos”.

Mattos (2004, p.84) alertou sobre o desastre inegável do conjunto de proposta enunciada no Governo Lula, que *traiu os anseios de mudanças dos milhões que nele depositaram suas esperanças de mudanças*, e sobretudo a esperança de muitos intelectuais que acreditavam pelo menos num vestígio de ruptura com esse lógica de mercado. Esta lógica foi ensaia por Collor, implantada no governo FHC e continuada por Lula e, atualmente pela estreante Dilma Rousseff.

O governo Lula foi caracterizado como terceiro governo da era FHC conforme Coutinho (2003, *apud* CISLAGHI, 2011), ao dar continuidade a “reforma” do ensino superior, que nos anos 2000 entra numa nova fase, em busca de uma nova organicidade, por meio de definições de *novos parâmetros, estruturas curriculares e expansão mais acelerado acesso a esse nível de ensino* (CISLAGHI, 2011, p.247) fomentando, sobretudo em 2003, conforme aponta Cislighi (2011) pelo documento lançado pelo Banco Mundial



denominado “Construir sociedade de conhecimento: novos desafios para a educação terciária”.

Desse modo, a “reforma universitária Consentida”, conduzida pela Burguesia, “ao tomar uma bandeira que não era e não poderia ser sua, corrompeu a imagem da reforma universitária e moldou-a a sua feição (LIMA; PEREIRA, 2009), e esse processo identificado “milagre educacional impões metas e estratégias que limita da autonomia da universidade, a transformá-la em verdadeiros “escolões de 3º grau” (MATTOS, 2004), não priorizando a qualidade de ensino, aumentando o numero de alunos, precarizando a atividade docente, transformando a universidade numa fabrica de diploma ou num “supermercados de diplomas” (MATTOS, 2004) .

É visível a heretonomia da universidade, submetendo-se cada vez mais das leis do mercado, que no processo de expansão do ensino superior, localizou-se, predominantemente, no setor privado. A esse respeito Castro (2010, p.158) salienta que

O sistema de Ensino Publico Brasileiro é um dos mais elitista e um dos mais privatizados da America Latina, apresentando cerca de 90% de instituições privadas e apenas 10% publicas, com 73% das matriculas no setor privado e apenas 27% no setor publico. Soma-se a isso uma concentração maior nas instituições de ensino superior publica (63%) com cursos no período diurno para um percentual de 27% com cursos noturnos. Tais características expressam as bases determinantes desse sistema educacional , que tem ampliado as vagas e os cursos oferecidos na graduação e pós-graduação, ao mesmo tempo que tem reduzido os repasses de recursos públicos. Para isso o governo tem implementado um pacote de medidas legais no âmbito da nova proposta de educação superior.

Zago (2006), sinaliza “a expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público” (ZAGO,2006). Desse modo, estamos referenciando a “uma grande maioria excluída”, em outras palavras estudantes pobres que estão conseguindo ultrapassar as barreiras nas suas trajetórias escolares, alcançado uma educação considerada restrita. Zago (2006, p.228) afirma que uma efetiva democratização da educação requer certamente *políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.*



Pensar nesse processo de democratização do ensino superior e inclusão dos sujeitos historicamente excluídos, e nos os pressupostos dessa expansão da educação, nos incita a questionar que democratização é essa, uma vez que o viés ideológico dessa sociedade do conhecimento (DUARTE, 2003), é produzida pelo capitalismo, *um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo e é ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea.* (DUARTE, 2003, p.14)

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante do que fora exposto é possível reafirmar a articulação das políticas públicas educacionais implementadas no Brasil a partir da década de 1990, propiciou a contrarreforma da educação superior, determinados pela (contra) reforma do Estado, pautado no projeto neoliberal. Essa A necessidade de promover reformas na educação está inscrita no contexto mais amplo do processo de reestruturação econômica do país, a contra reforma no país, como aponta Figueireido (2008) que “significou o ajustamento das economias periféricas, sob o monitoramento” e ajudas de instituições internacionais. Essa “reestruturação do Estado no país sob vários aspectos, a considerar no ensino superior trouxe a privatização da rede e a conseqüente mercantilização do ensino.

E pautada na análise de Lima e Pereira (2009) essa nova fase do “milagre educacional” se configura a educação superior como mais um campo lucrativo de exploração para o capital, daí a necessidade de expansão via IES privadas e privatização interna das IES públicas, e simultaneamente, garantir a coesão social em torno das reformas estruturais em curso no Brasil nos anos de neoliberalismo.

Para tecer algumas considerações sobre esse impacto na vida dos sujeitos é imprescindível reconhecer que a chamada expansão do educação superior “favoreça” uma parcela excluída socialmente e economicamente. No entanto, como bem sinaliza Meszáros (2007), uma educação atrelada às expectativas do capital nos faz refletir como seguinte questionamento: esse processo de “democratização” do acesso no Ensino superior tem assegurado verdadeira equidade nesse nível de ensino?



Por fim, ao fazer essa breve reflexão educação superior brasileira, podemos concluir que a educação superior atende atender plenamente à classe dominante e cria algumas expectativas aos sujeitos que almejam acessá-la. É verdade que “a educação para todos” ou “universidade para todos” ainda não é possível, em lato sensu.

Desse modo, constitui-se, urgente como desafio e tarefa que cabe a todos nós, numa perspectiva de possibilidade de reversão desse processo, lutar, mobilizar em defesa da universidade pública, gratuita e sobretudo de qualidade, **no qual é imprescindível. Não basta só** apreender “apenas a mais vasta concepção de educação numa perspectiva de uma mudança verdadeiramente radical proporcionando alavancas que rompam a lógica mistificadora do capital”, como afirma Meszáros (2007) e cair na tentação dos arranjos institucionais formais, que pouco a pouco significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido desta lógica autointeressado capital.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE 2011-2020: Metas e estratégias**. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf
Acessado em: 10 de Jun/2012

CASTRO, Alba Tereza B. de. **Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do Ensino Superior no Brasil**. In Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **A formação Profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreforma do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula**. In Serviço Social e Sociedade: Educação, trabalho e sociabilidade. Editora Cortez, São Paulo, n.106, Abr./jun.2011.

COSTA, Lucia cortes da. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Editora Cortez, 2006

CHAIU, Marilena de Souza. **Escrito sobre a Universidade**. São Paulo: editora UNESP, 2001

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?Quatro ensaios crítico-dialéticos em Filosofia da Educação**. Campinas, SP:Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 86).



FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater Educação Profissional Emancipadora.** In PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770> Acesso em : 10/Jun/2012

LIMA, Katia R de Souza ; Pereira, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social.** In: Sociedade em Debate, Pelotas, 15(1): 31-50, jan.-jun./2009. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>. Acesso em: 25.Nov.2012

MELLO, Leonel I. Almeida. **Jonh Locke e o Individualismo liberal.** In Clássicos da Política, 1º volume, 13ª edição, editora Ática, São Paulo, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro primeiro o processo de produção do capital, tomo 1, Editora Nova Cultural Ltda, 1996, Círculo do Livro Ltda.

MATTOS, Marcelo BADARÓ. **Contra Reforma Universitária do Governo Lula.** In: Caderno ADulfpa: Reforma da Educação Superior ou destruição da universidade Publica? Belém, Outubro de 2004.

MESZAROS, Istvan. **A Educação para além do Capital.** Nº 15, primeiro semestre de 2007. Disponível em: <http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero15/ArtMeszaros.pdf>. Acesso em: 20/Jan/2012

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o publico e o privado em questão.** 1ª edição, São Paulo: autores associados, 2006.

PEREIRA, Samara Cristina Silva ; PASSOS, Guiomar de Oliveira . **Desigualdade de acesso e permanência na universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares.** In. Linguagens, Educação e Sociedade Teresina, Ano 12, n. 16, p. 19 32, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Revista/N%2016/art_2.pdf Acesso em: 10 /Jun/ 2012

PERES, Claudio Afonso. **EDUCAÇÃO SUPERIOR E SOCIEDADE: A MEDIAÇÃO DO ESTADO A SERVIÇO DO MERCADO.** In Estado, Educação e Sociedade Capitalista / organização de Isaura Monica Souza Zanardini, Paulino José Orso. — Cascavel : Edunioeste, 2008.249 p. — (Coleção Sociedade, Estado e Educação ; n. 2)

PINO, Mauro Del. **Políticas Educacionais , emprego e exclusão social.** In: Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no trabalho. Pablo Gentil e Gaudencio Frigotto (orgs). 5ª Edição, São Paulo: Cortez, CLACSO 2011

PIOTTO, Débora Cristina. **As exceções e suas regras: estudantes de camada populares em uma universidade Pública.** Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Psicologia. São Paulo, 2007. Disponível em : www.teses.usp.br/teses/.../47/.../TESE_DEBORA_C_PIOTTO.pdf



Acesso em: 12. Jun. 2012

SOARES, Marcela. **As políticas de geração de emprego e renda no Brasil: o arcaico reatualizado.** In *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

TONET, Ivo. *Marxismo e Educação*. Maceió, 2009. Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MARXISMO_E_EDUCACAO.pdf. Acessado em: 20.fev.2010

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. acesso em: 15 . Jun.2012